



DOI: 10.12957/transversos.2021.56624

SUSTENTABILIDADE PARA QUEM? UM OLHAR DA CRÍTICA PÓS-COLONIAL PARA IMPRESSÕES AMBIENTAIS E TELÚRICAS EM ANGOLA

SUSTAINABILITY FOR WHOM? A POST-COLONIAL CRITIQUE VIEW FOR THE ENVIRONMENTAL AND TELLURIC IMPRESSIONS IN ANGOLA

Selma Pantoja

Universidade de Brasília (UnB) - Brasil  
selmaunb@gmail.com

Flora Pereira da Silva

Universidade de Brasília (UnB) - Brasil  
flora.pereira23@gmail.com

**Resumo:**

Este artigo procura demonstrar como as nuances de interpretação sobre meio ambiente das sociedades que compõem o sistema-mundo hoje, em particular no contexto angolano, foram formadas ao longo de uma história global de colonização e dominação do Norte sobre o Sul, não apenas econômica e cultural, mas também ambiental. A partir de um olhar da crítica pós-colonial e da ecologia política, abordo a dança de influências e percepções entre a agenda internacional e a regional sobre as noções de meio ambiente e terra, analisando o peso da hegemonia das epistemologias ocidentais e capitalistas na construção e na ideia específica desses conceitos, entendendo como estes são absorvidos e emanados em Angola e seu Sul. As vozes que permeiam e dão o tom ao artigo são as de cinco entrevistadas e entrevistados angolanos que trazem suas impressões ambientais e telúricas sobre as dinâmicas locais.

**Palavra-Chaves:** Meio ambiente; Terra; Crítica pós-colonial; Angola.

**Abstract**

This dissertation seeks to demonstrate how the interpretation nuances of environment in the societies that make up the world-system, particularly in the Angolan context, were built over a global history of colonization and domination of the North over the South, not only on economic and cultural levels, but also on an environmental one. From a post-colonial criticism and political ecology perspective, I approach the flow of influences and perceptions between the international and regional agendas about the notions of environment and land, analyzing the weight of the hegemony of western and capitalist epistemologies in the construction of these concepts, and how they are absorbed and emanated in Angola and its South. The voices that compose the article and guide its tone are the voices of five Angolan interviewees, bringing their land and environmental perceptions of the local context.

**Keywords:** Environment; Land; Postcolonialism; Angola.

## 1. Introdução

Angola resguarda 35 de um elenco de 45 minérios indispensáveis ao mundo contemporâneo e, em geral, em proporções abundantes (WALDMAN, 2019). Nesse acervo, três itens se destacam: diamantes, quarta maior produção africana e sétima mundial; petróleo, segundo maior produtor do continente; e gás natural, variando posições entre os 20 maiores do mundo. O país abriga considerável superávit ecológico, considerando seus recursos hídricos, fauna e flora (ANGOLA, 2006). No outro lado da moeda, a maldição das riquezas naturais (COLLIER, 2006;

STIGLITZ, 2012;) já que continua com a maior parte da sua população em estados de miséria. Ainda, o país tem feridas profundas não curadas. Foi marcada por um período impiedoso do colonialismo, regime de violência social que deixou como legado um sistema de intransigências. Traz também as duras inscrições deixadas pela guerra de independência. Esta, ao mesmo tempo em que fez nascer uma nação, fez nascer uma guerra civil – que duraria quase 40 anos e destruiria o país. A devastação do meio ambiente, conectada à apropriação de terras e à destruição de territórios (físicos e culturais), foi chave para o desencadeamento e a manutenção de cada um desses contextos históricos, privando o povo angolano de direitos fundamentais que vão do acesso a um ambiente saudável e seus bens naturais ao direito de cultivar e subsistir.

A discrepância socioambiental que se revela em perspectiva nacional em Angola é ainda mais acentuada no Sul do país, considerando as províncias do Namibe, Huíla, Cunene e Cuando Cubango, marcadas pelo contraste das paisagens inóspitas, por comunidades mais isoladas e pela imensa variedade cultural dos povos que ali circulam (como os Herero, Nhaneca-Humbe, Ovambo, Xindonga, Khoisan). Uma região também carimbada pela seca e pela fome, que afeta 2,3 milhões de pessoas, incluindo mais de 500 mil crianças com menos de cinco anos (UNICEF, 2019). Não é apenas o fato de ser frente de batalha para a questão climática e ambiental que faz o Sul digno de estudo. Pelo contrário, o seu estigma de “terra de ninguém” (CARVALHO, 2000a) ou “terra do fim do mundo” (este aplicado especialmente ao Kuando Kubango), sua insularidade geográfica e sua marginalização social e histórica fazem que as percepções ali sobre os significados de terra e ambiente sejam afloradas, intensas e interligadas entre si.

O Sul ficou à margem política no período colonial, tendo sido o local com menor e mais tardia penetração ocidental. Como veremos em citações ao longo do artigo, frutos de entrevistas realizadas para esta pesquisa, a região é o exemplo a que os entrevistados e entrevistadas recorrem para falar de uma maior conexão entre homem e meio ambiente, para falar de terra como cultura e de meio ambiente como existência. Em suas narrativas, percebemos que é ali que as relações estão mais exacerbadas, e onde fica mais claro inferir diferentes modelos de perceber e agir sobre o território - o que não significa que não encontraremos também um lugar de contradições. No entanto, veremos que a resiliência pode existir no próprio entendimento do espaço, não apenas como uma adaptação física ao ambiente, mas como um sistema de conhecimento socioecológico sustentável, que encapsula a reação humana aos atos políticos, gerando resistência a

circunstâncias instáveis tão diversas quanto à seca, mas também quanto à violência (CASTELO, 2017).

Recorro à crítica pós-colonial como ponte para o entendimento do conceito de meio ambiente em Angola, procurando entender seus limites e sua ressonância para as populações do país, sobretudo para sua região Sul. Analiso como as diferentes percepções sobre a degradação ecossistêmica estão ligadas ao projeto geopolítico global da Modernidade e abordo a dança de influências e adaptações entre a agenda internacional e a regional, pesando a hegemonia das epistemologias ocidentais e capitalistas na construção e na ideia específica desses conceitos.

Busco demonstrar como as nuances de interpretação sobre meio ambiente das sociedades que compõem o sistema-mundo hoje, em particular no contexto angolano, foram formadas ao longo de uma história global de colonização e dominação do Norte sobre o Sul, não apenas econômica e cultural, mas também ambiental. Os hibridismos existentes se mostram resultantes de uma negociação identitária perante o colonialismo intimamente ligada à noção de território e pertencimento, em que ambiente, terra e identidade são componentes complementares.

## **2. Meio ambiente e políticas cartesianas**

É importante refletir o seguinte: as populações aqui estão um pouco cansadas de pessoas que vem sempre perguntar e entrar nessa discussão, e diferentemente do conceito, do entendimento do conceito ser semelhante ou não entre os pesquisadores, a sociedade civil, o governo, os consultores e as comunidades, mas de uma maneira geral, sempre que aparece alguém, há uma expectativa, e essa expectativa depois é curada porque há muita conversa, mas pouca ação, de uma forma geral. Não é que não haja projetos que sejam aproveitados e que façam a diferença, mas de uma forma geral, dependendo do tipo de comunidades e de quantas vezes eles já foram visitados há essa questão (RUSSO, 2020: entrevistado, Angola)

Com a alta do tema na agenda global, Angola se comprometeu em suas diretrizes como ator na busca de um mundo mais equilibrado, assinando diversos acordos internacionais ambientais, como a Agenda 2030 do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas – Protocolo de Kyoto e a Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ANGOLA, MINISTÉRIO DO AMBIENTE, 2019).

Conforme destaca Moseley (2004), Eboko (2005) e Toko (2008), atores globais e elites locais, na África, criaram uma complexa agenda de programas e políticas ambientais de desenvolvimento impulsionados por discursos sobre desenvolvimento sustentável, degradação ambiental induzida pela pobreza e reforço da eficácia das organizações internacionais, que influenciam diretamente nas estratégias de gestão dos bens ambientais. No entanto, os povos africanos são pouco envolvidos ou periféricos nas discussões, o que faz que a implementação das políticas de desenvolvimento gere conflitos com as realidades sociais pela distância entre os “pesquisadores presentes do terreno africano” (TOKO, 2008: p.2) e as dinâmicas sociais locais.

A conexão entre os conceitos e agendas globais e as políticas e práticas ambientais africanas tem sido um forte elemento da pesquisa de ecologia política para esse continente desde meados da década de 1990 (MOSELEY, 2004) e ajuda a situar o valor da compreensão local em um mundo globalizado caracterizado pela disputa de narrativas. O conceito de desenvolvimento sustentável, por exemplo, considerado progenitor do campo moderno do meio ambiente, se revela, uma metanarrativa envolvida pela agenda neoliberal global, privilegiando uma visão nortista e dominante, com forte contradição entre dois de seus principais objetivos: o desenvolvimento econômico *laissez-faire* e a sustentabilidade ambiental, considerados, na visão empírica de muitos governos africanos, duas práticas incompatíveis e concorrentes (LOGAN, 2004; MOSELEY, 2004). Cabe questionar quais são os conceitos ambientais e políticos mais apropriados para a compreensão dos efeitos sociais da transformação ecológica em Angola e se tais conceitos se traduzem ou não no dia a dia do cidadão angolano e se encontram eco em suas realidades, sobretudo daqueles expostos às condições climáticas extremas no Sul do país.

Olha, minha experiência, em primeiro lugar aquilo que nós, muitas pessoas, aquilo que no mundo ocidental, entende por meio ambiente, é um conceito que está pouco enraizado nas comunidades locais, porque aqui estão muito mais... ambiente é tudo aquilo que lhes cruza a vida, porque vivem de uma forma muito mais, estão muito mais ligados diretamente ao ambiente e não veem com a mesma forma, que é algo que tem que ser produzido, que tem que ser conservado. Para eles é uma coisa natural, do ponto de vista totalitário de utilização, por isso não sei se vai conseguir, se existe mesmo essa... não existe no mesmo sentido em que existe por exemplo na Europa ou na América. (PINTO, 2020: entrevistado, Angola)

Problematizamos aqui a justaposição enviesada das epistemologias ocidentais dos conceitos e convenções internacionais com o campo ambiental e fundiário no contexto de Angola. O entendimento e a compreensão desses conceitos ganham distanciamento maior entre interpretações locais e internacionais na região Sul de Angola, expondo tensa negociação identitária e apagamento das vozes do Sul Global, silenciadas e desautorizadas epistemicamente pelo Norte.

Na região, a conversa sai do plano diplomático para afetar diretamente e de maneira drástica os povos que ali habitam, sobretudo aqueles que dependem e vivem dos serviços ecossistêmicos, fontes primárias de recursos e de subsistência. Nesse cenário, interessa a variação entre a compreensão dos que formulam as promessas de políticas públicas e, do outro lado do espectro, do que é concebido por aqueles que vivem do e para tal ambiente e veem nas pequenas alterações deste necessidades de mudanças radicais de estilos de vida e, nas grandes alterações anunciadas, sua própria existência ameaçada.

Eu acredito que hoje existe uma interação entre o homem e o meio ambiente. Em tempos passados os povos primitivos associavam a natureza como sinônimo de Deus. A visão mais recente é de que há uma interdependência entre homem e natureza. Agora é bem verdade que há uma manipulação ambiental no tempo e no espaço, que deu origem a um desequilíbrio ecológico e os motivos são vários. Desde o anseio de bem-estar, segurança e até de buscar por lucros. E hoje a preocupação com a preservação ambiental realmente tem se acentuado e hoje é necessário que as pessoas tomem consciência sobre as consequências da falta de adoção de ações públicas que promovam a preservação da dignidade da pessoa humana e a preservação também da biodiversidade. (DOMINGO, 2020: entrevistado, Angola)

### **3. A crítica pós-colonial como ponte para o entendimento de meio ambiente e terra em Angola**

Os estudos pós-coloniais podem trazer uma visão crítica e contundente sobre um modelo possível de produção e valorização de conhecimentos e para uma relação orgânica entre homem e meio ambiente. Os autores pós-coloniais e decoloniais olham para a história da construção e da desconstrução do conhecimento e analisam as violências do colonialismo e suas consequências para as sociedades contemporâneas, sobretudo as do Sul Global, que foram marcadas pela violência da ocupação sistemática de seus territórios, como a escravidão e sua resultante racialização de pessoas, grupos e lugares. Na relação com a terra, o meio ambiente e seus bens comuns, a exploração desmedida se repete, e o sistema-mundo como hoje está estruturado, com suas múltiplas estruturas de dominação econômica, política, pedagógica, religiosa, de gênero etc., também se impõe nas questões ambientais, consagrando a colonização da natureza (ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017).

Baptista (2013), ao estudar a relação entre homem e meio ambiente na região do vale de Cusseque, no Sul de Angola, adiciona a questão da terra como parte mandatória no entendimento da crise ambiental de hoje. Baseado em evidências etnográficas, o autor fala sobre uma diferença significativa entre o “uso da terra” (que traria embutido essa relação dualista) e o “aproveitamento” da terra, que entende que as provisões que a natureza pode gerar devem fazer parte desse existir conjunto e dessa convivência social entre homem e natureza (BAPTISTA, 2013:

p. 394). Para o autor, a literatura relacionada ao “uso da terra” a enxerga exclusivamente como um meio de intervenção humana, ao contrário do que observou em Cusseque, onde a terra é valorizada por seus “atributos auto-organizacionais”, que existiriam sem a intervenção humana, e onde a indisciplina da terra é valorizada como um meio de prover nosso sustento.

Enquanto nos grandes programas e projetos de desenvolvimento sustentável a pobreza e o crescimento populacional são vistos como grandes vilões ambientais, a análise crítica da ecologia política para África examina os pontos cegos desse discurso, colocando uma lente na relação íntima entre problemas políticos e problemas ecológicos, entendendo que a pobreza é um sintoma da degradação ambiental africana, e não uma causa. Tal sintoma seria fruto do desequilíbrio estrutural e de irregularidades nocivas nas transferências de recursos locais e internacionais, marcados por diferenças de poder entre países ricos e pobres, cujo objetivo é manter a hegemonia global, e não achar uma solução para o dilema da pobreza no continente (LOGAN, 2004).

De uns tempos pra cá constitui-se uma questão de debate né, o meio ambiente tornou-se uma questão politicamente importante, sobre a qual existem diferentes posições, mais pro lado positivo tanto pro lado mais pessimista ou negativo, ou seja, ela passa a ser uma questão política a partir do momento em que há posicionamento políticos relativamente à questão do meio ambiente, à questão da sustentabilidade ambiental. A partir do momento que ele posta na agenda como algo que devesse ser discutido e analisado por governos, estados, e sociedade civil, eu penso que ele passa a ter um caráter político, uma dimensão política e é nesse caminho que eu faço referência. (QUITARI, 2020: entrevistado, Angola)

Em Angola, Pacheco (2012, p. 488) destaca que, embora o discurso oficial seja “pródigo em referências ao desenvolvimento sustentável”, o entendimento sobre o seu significado não está claro por parte do Estado. Por exemplo, no campo agrícola, a política governamental está alinhada ao crescimento acelerado da economia e fundamentada no agronegócio, marginalizando a agricultura familiar e ignorando a terra como ativo indispensável para manutenção da estabilidade social e segurança alimentar. A proposta é pautada na ideia de que assim a geração de emprego por empresas acontecerá ascendentemente e em grandes escalas. O que Pacheco (2012) argumenta é que esperar esse tipo de transformação econômica estrutural, transformando camponeses em assalariados, rurais ou urbanos, é não só irrealista como social, institucional, política, ecológica e eticamente insustentável. O exemplo de uso da terra e de política fundiária citado pelo especialista angolano revela primeiramente como a transposição de um sistema internacional econômico para o *modus operandi* do governo nacional ignora a estrutura histórica e cultural de suas populações, trazendo diagnósticos e modelos prontos e incompatíveis com a

realidade local. Em segundo lugar, revela que, embora o governo tenha aderido às narrativas de desenvolvimento sustentável em suas políticas públicas e se colocado como signatário de diferentes tratados internacionais ambientais, na prática, no hibridismo desses programas, o *modus operandi* neoliberal se sobressai.

A história agrária e do meio ambiente de Angola pode também deve ser considerada. As políticas coloniais fundiárias geraram graves impactos ecológicos, marcadas pela exploração desmedida do ambiente natural, o roubo de terras legalizado, as violentas políticas tributárias e as migrações forçadas – fatos que formaram a história da região, assim como as narrativas ambientais e fundiárias que iriam ali tomar forma. As pressões econômica, social e cultural históricas forçaram as sociedades locais a aderir ao sistema capitalista. A relação fez com que as populações autóctones perdessem a autonomia da terra, assim como do seu uso, afetando, principalmente, o setor agrícola de autoconsumo. É possível dizer que o aprofundamento da dependência aos países centrais desintegrou as economias “tradicionais” perante as relações capitalistas de consumo (FREUDENTHAL, 2005), mas também determinou que tivessem seus estilos de vidas e relações de aproveitamento do meio ambiente alterados, passando de uma lógica de uso e sobrevivência para uma lógica de abastecimento e acumulação, reproduzida e legitimada atualmente pelas políticas públicas e de desenvolvimento em nível nacional, também refletidas no Sul do país.

No caso de Angola, a população rural, ela continua sendo vista como objeto das Políticas, das ONGs, ela é objeto de tudo. O que não significa que eles não sejam agentes, pelo contrário, são agentes capazes, produzem uma história interessante, tem envolvimento em vários contextos da vida nacional, mas quando você olha pra grande discursos, quando você olha pro governo, pras ONGs, a produção rural acaba por ser, digamos, rotulada, e não trazida como quem tem voz, como quem tem coisa pra dizer, razão pela qual a gente não consegue perceber quais são seus discursos, seus argumentos, qual é sua visão das coisas. Isso tem a ver com a história da Angola, tem a ver primeiro com um período de opressão colonial, depois com todo um período socialista e depois com a própria narrativa do Estado socialista e pós socialista. Hoje o Estado não é socialista, mas ainda é bastante paternalista, que acha que cuida da população rural, que eles sabem o que é bom pra população rural, eles... enfim, ou seja, a população rural, ela é digamos assim, quase que uma coisa, né? (QUITARI, 2020: entrevistado, Angola).

#### 4. Narrativas epistêmicas

O poder da narrativa ganha força nesse contexto. Quando representados por ocidentais, os países do Sul Global eram e ainda são retratados por superficialidade, exotismo e aculturação. Esse processo faz parte também do pensamento abissal destacado por Boaventura de Souza Santos (2010). As imagens do Sul Global que não servem para confirmar o discurso de superioridade

ocidental seriam o “outro lado da linha”, que desaparece enquanto realidade. São aquelas traduzidas como inexistentes, consideradas impossíveis de serem relevantes ou compreensíveis. Ainda, como destaca o autor, “[...] a linha abissal separa duas realidades e paralelos intangíveis, cuja forte característica é a impossibilidade da co-presença, que coloca a outra realidade em uma distância de conexões impensáveis” (SANTOS, 2010: p. 23).

No esforço de separar o universo, é possível analisar três narrativas generalizantes e estereotipadas sobre os países africanos e que também podem ser observadas em Angola e em sua região Sul. A primeira rotula as culturas ali existentes como tradicionalistas, “tribais” e uniformes, colocando conhecimentos populares, camponeses ou autóctones do outro lado da linha, que são taxados como conhecimentos irrelevantes ou incomensuráveis. Para as culturas hegemônicas, “[...] do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas” (SANTOS, 2010: p. 25). A produção desses lugares não faz parte do mundo cultural considerado “contemporâneo” por não se fixar nos padrões estabelecidos por uma pequena parcela da população mundial. Há uma tentativa de aproximar esses espaços do “lugar selvagem”, da “terra sem leis”, “do lugar de violência”, sem questionar, no entanto, de onde nasce essa violência. Eram as colônias democráticas? Quando saíram, deixaram legados democráticos? Não discutir essas questões e expor as guerras cruas que brotam no Sul Global é um modo sistematizado de dar a este o lugar-comum e estereotipado do imaginário ocidental.

É também um *modus operandi* de convalidar as políticas extrativistas. Um país, desestabilizado e desestruturado por anos de guerra e conflito, é território fértil para exploração desmedida e não fiscalizada dos bens naturais. Mbembe (2019) reitera o caráter ambiental de muitos conflitos do continente africano. Os ciclos de extração (petróleo, madeira, diamante, cobalto etc.) são concretizados (e viabilizados) por meio das guerras ou por “conflitos intermináveis de fraca intensidade”, em uma osmose econômica da atividade extrativista, a atividade guerreira e a atividade mercantil, todas de caráter rentista e autoritário: “A extrema fluidez e volatilidade dessa nova fronteira da punção, da extração e da predação que confere aos conflitos africanos os seus significados internacionais. É nesse contexto que os enclaves mineiros, petrolíferos ou haliêuticos se revestiram de uma importância primordial” (MBEMBE, 2019: p. 149).



Uma segunda narrativa generalizante sobre o continente africano nasce com a hierarquia entre o urbano e o rural, sendo este último sempre marginalizado ou negligenciado enquanto agente histórico, reproduzindo em nível nacional as dicotomias entre metrópoles e colônias. As guerras em Angola podem ser analisadas dentro desse contexto. A desestruturação do ambiente rural, na guerra de independência e na guerra civil, foi determinante para os resultados e as consequências, entre elas as ambientais, de ambas as guerras. Durante a primeira, os portugueses tentavam manter as pessoas na “cidade”, dentro da órbita do controle colonial, de modo a evitar o contato entre civis e guerrilheiros. Para isso, incendiaram aldeias, mataram indiscriminadamente e impuseram migração forçada aos habitantes sobreviventes, impedindo-os de cultivar suas plantações sob acusação de traição e pena de morte para aqueles que não obedecessem (BRINKMAN, 2012). Como agência, no entanto, os camponeses foram e ainda são desconsiderados.

Eu tenho que debater em alguns momentos essa questão da participação rural na luta da independência. Se você olhar para todos os grandes heróis da luta armada, figuras importantíssimas, os momentos importantes, os levantes e tal, todos eles fazem referência a esses eventos ocorridos no espaço urbano. Isso não é por acaso, mas tem a ver com essa questão de anular a figura do rural como um agente político importante. Ocorreram eventos importantíssimo durante a luta colonial no meio rural, inclusive eventos que despoletaram nas áreas urbanas conflitos, guerras e outras coisas, mas esses eventos quando são citados, eles não são citados com o valor, a importância, que eles realmente têm, né? (QUITARI, 2020: entrevistado. Angola)

A relação entre conflito e extrativismo também se fez universal durante a guerra civil. A Unita financiou a sua guerra contra o governo por meio da venda de diamantes extraídos dos rios do Leste de Angola, enquanto os poços de petróleo ao largo da costa de Cabinda e ao sul do Rio Congo foram responsáveis por três quartos da receita total de exportação de Angola entre 1980 e 2000, enriquecendo e mantendo as elites angolanas, geralmente urbanas, do MPLA, enquanto o país vivia uma guerra civil avassaladora, via sua economia rural colapsar (BALL, 2017) e o campo rural se tornar um campo de abandono humano, entregue a si mesmo (BAPTISTA, 2013), acentuando as diferenças entre o campo e as cidades em nível estrutural e ecológico.

Era muito mais seguro, naquela altura, você fugir para as grandes cidades porque era onde você encontrava tudo. Mesmo aquelas pessoas que pudessem permanecer nas zonas rurais não estavam muito livres porque, a qualquer altura, podiam ser surpreendidas pelo inimigo e tirarem-lhes o que foi produzido, ser levado... Isso fez com que a maior parte das pessoas acabasse por migrar para as grandes cidades. E nessas grandes cidades não encontravam as condições que haviam deixado na aldeia. Houve muita pressão, por exemplo, nos rios que se encontravam perto dessas cidades.... Se olhar a maior parte das cidades você não vai encontrar árvores, precisamente porque todas essas pessoas precisavam de tirar material lenhoso a volta, fazer o corte das árvores para poder confeccionar os alimentos. Mas, se estivessem nas suas zonas, não precisariam de fazer esse desgaste todo em termos de desflorestamento. Porque na aldeia

não precisava cortar, podia buscar a lenha seca (DOMINGO, 2020: entrevistado, Angola)

A terceira narrativa está diretamente ligada ao campo político ambiental. É comum a mídia *mainstream* produzir e exibir imagens sobre a África como um paraíso ambiental em decadência, com suas populações destruindo florestas, poluindo praias e matando carismáticos animais selvagens. No centro dessas imagens, que sensibilizam o público ocidental, normalmente estão cidadãos comuns africanos como vilões desinformados. Esse tipo de imagem, com sua carga emocional, acaba, inclusive, influenciando acadêmicos na produção de diagnósticos tendenciosos, baseados em um entendimento segmentado das realidades locais (BROCH-DUE, 2000).

Nesse sentido, a posição do Norte quanto às práticas e intervenções ambientais no Sul costumam ser baseada em três suposições: o crescimento populacional está na raiz da maioria dos problemas ambientais, a redução da pobreza é impossível sem controle populacional e o alívio da pobreza não é um fim, mas o meio para o fim maior da conservação ambiental (LOGAN; MOSELEY, 2004). As implicações dessa narrativa alimentada de imagens distorcidas são a ofuscação do papel central que as populações locais têm na preservação e gestão do seu ambiente de entorno e, ao mesmo tempo, a legitimação inadequada de pesadas intervenções de governos estrangeiros e de organizações internacionais que, frequentemente focadas apenas nas paisagens (e na recuperação de sua beleza), acabam por acentuar a pobreza das comunidades-alvo.

## 5. A ciência caucasiana e a ciência dos outros

Depois em termo do conceito o que eu tenho visto em Angola, a parte científica tenta chegar o mais próximo das comunidades e explicar, chegar em um entendimento comum para que as pessoas percebam o que está a passar. E isso é muito sabotar o público, me acostumou há 10 anos atrás a dizer de frente, as pessoas que viam de fora sabiam tudo, e tinham as soluções pra tudo, mas mais recentemente já ouvem a população, uma vez que nós não temos dados científicos é a vivência da população, o que eles vivenciaram, o que eles perceberam, as mudanças que foram acontecendo, tanto na precipitação, na temperatura, no solo, o tipo de animais que aparecem e desaparecem, permitem gerar um conhecimento comum. Isso eu tenho estado a reparar, de fato há essa aproximação da parte científica com parte do conhecimento tradicional. Algo que independente das comunidades é preciso explicar um pouco mais, pode ser que haja, não digo que seja uma visão de diferente, é a forma como se expressam, que podem dar a noção de que uma visão é diferente, mas conforme as pessoas vão conversando acabam por ser e saber que estão a falar da mesma coisa, uns com termos mais técnicos e outros com termos menos técnicos. Acho que esta é, nesse momento, a gravidade que eu vejo em Angola. (RUSSO, 2020: entrevistado, Angola)

A subalternização dos diferentes modos como o corpo experimenta a vida e a constrói criou uma dualidade entre as ciências europeias *versus* outras vivências dos grupos humanos não caucasianos. Na perspectiva do colonizador, o colonizado, se chegar, chegará sempre tarde demais

a um lugar onde tudo que poderia ser aproveitado já foi cuidadosamente considerado ao máximo (FANON *apud* COMAROFF; COMAROFF, 2013). Venâncio (2014) destaca que o pensamento científico seria uma das conquistas do modelo de modernização europeu. A própria ciência, na verdade, acaba criando uma dualidade entre o que pertence e o que não pertence a esse campo, negando outros tipos de conhecimentos e de experiências sociais e humanas que não norte-americanas ou europeias. Com o pretexto de um rigor científico, as vivências e culturas não ocidentais são subalternizadas. As conquistas intelectuais indexáveis ao modelo de modernização europeu foram impostas às demais experiências societárias numa relação de hegemonia do pensamento científico (VENÂNCIO, 2014). A relação da ciência ocidental – incluindo as ciências sociais – com as tendências neoliberais, imperiais, globalizantes do capitalismo e da modernidade é destacada por Ortega Santos e Olivieri (2017):

Son tendencias que suplen la localidad histórica por formulaciones teóricas monolíticas, monoculturales y «universales» que posicionan el conocimiento científico occidental como central, negando así o relegando al estatus de no conocimiento, a los saberes derivados de lugar y producidos a partir de racionalidades sociales y culturales distintas. En esta jerarquización, existen ciertos supuestos como la universalidad, la neutralidad y el no-lugar del conocimiento científico hegemónico y la superioridad del logocentrismo occidental como única racionalidad capaz de ordenar el mundo. (ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017: p. 52).

Sobre o saber científico, Boaventura Santos (*apud* ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017) destaca cinco lógicas colonialistas: (i) monocultura e rigor do saber, que seria a soberba da ciência de considerar ilegítimo todo conhecimento que esteja fora dos seus critérios; (ii) tendência científica à linearidade evolutiva da humanidade, como aqui apresentado sobre a noção de desenvolvimento, mas que também pode ser aplicada às noções de história, progresso e modernização; (iii) hierarquização e marginalização social-racial das populações; (iv) lógica de escala entre o universal e o local/regional/nacional, considerando este segundo grupo incapaz de se estabelecer como possível alternativa ao primeiro; e (v) lógica produtivista aplicada no trabalho e na relação do campo com a natureza.

Outro nome para o saber científico ocidental é “conhecimento moderno” em contraposição a “conhecimento tradicional”, geralmente dispostos numa sequência diacrônica. O tradicional é aquele conhecimento estático, incapaz de “se modernizar”, que não avança e é composto por sujeitos anônimos e despersonalizados (VENÂNCIO, 2014). Tal dicotomia também se dá no campo ambiental. As relações de equilíbrio com a natureza dos povos não ocidentais não são valorizadas como conhecimento ou ciência, mas como atraso. Hoje, no entanto, ecologistas políticos têm reivindicado esse espaço de sabedoria nos contextos africanos.

Chimakonam (2019, p. X), no prefácio da coletânea *African Philosophy and Environmental Conservation*, reforça o poder e o valor ancestrais ensinados sobre relacionamento e equilíbrio: “Tudo depende de outra coisa. Nosso mundo é uma grande teia caracterizada por relações de interconexão, interdependência e inter-relação mútuas. Esse é o jeito africano [...] é sobre o valor que diferentes entidades na natureza contribuem para torná-la estável”.

Coelho (2004), em um estudo do conhecimento local em Moçambique sobre as variabilidades climáticas, também aborda o capital de saberes transmitido socialmente ao longo do tempo, construído a partir da observação, da repetição e da cadência de fenômenos naturais. Apesar de, no modo geral, tais conhecimentos terem sido historicamente descartados pela ciência ocidental, hoje, mesmo os relatórios consagrados pela mesma ciência ocidental, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), trazem evidências de que a preservação acontece de forma mais eficaz quando a gestão dos territórios é feita pelas próprias comunidades. O mesmo vale para os métodos de prevenção ligados às mudanças climáticas. Conhecimentos herdados sobre comportamento dos rios, ritmo das chuvas e aparição de pragas, flexibilidade na cultura agrícola e boa adaptabilidade às mudanças e aos fenômenos climatéricos sempre foram condições que garantiram a segurança e a prevenção de calamidades naturais durante séculos. No entanto, a eficácia desses saberes perde peso com as agravantes condições ecológicas atuais, o sistema econômico de acumulação imposto e a perda de autonomia das comunidades de exercer modelos autônomos em sua totalidade (COELHO, 2004).

Talvez a preservação do meio ambiente em Angola, sobretudo nos meios rurais seja mais numa dimensão ancestral, por que numa dimensão um pouquinho mais avançada, no mundo moderno há mais extravagância, há mais perda de valores, não é?! [...] E porque eu digo isso, porque no meio rural existem certas práticas, existem certos modos, certas normas que na verdade as populações tendem a preservar. Vou te dar um exemplo: pelo fato de cada área ter uma determinada família ou tribo ou clã que pertence a uma determinada zona, onde eles realizam suas atividades agrícolas, muitas vezes eles têm regras: “esta árvore não pode ser cortada nesse período, nascentes de água não pode se deixar secar, não pode fazer vandalismo, certas coisas... os animais devem ser criados no regime intensivo e não extensivo”. Então, logo esses aspectos praticamente tornam um conjunto de fatores por parte da população, então essa população consegue preservar essa terra. (PEMBELE, 2020: entrevistado, Angola)

Em Cussequê, Angola, o conhecimento sobre a natureza também não está visível ao olhar ocidental. No seu relato, Baptista (2013) descreve o conhecimento local pelo olhar de um soba sobre todas as formas “indomáveis” da natureza em uma relação não hierárquica entre os residentes e a terra. Enquanto, para o pesquisador, árvores, solo, plantas, grama, animais, rochas etc. eram indistinguíveis umas das outras, para os moradores, cada uma significa uma diferente utilidade com variáveis níveis de aproveitamento: “Um conhecimento biológico tão sofisticado,

evidente em muitos outros residentes, revela que, apesar do caráter indomável da terra, este era um campo significativo para a subsistência. Nada era nada e tudo era importante” (BAPTISTA, 2013: p. 396).

Aqueles que resistem com diferentes sistemas de valores dos “recém-chegados” (colonizadores) ou as elites fagocitadas, aquelas que reproduzem o comportamento de seus colonizadores, que controlam os países colonizados recebem designações genéricas de povos indígenas ou comunidades locais (EGZIABHER, 2004). O conceito de povos encapsularizados de Carvalho (2000) sobre os povos Kuvale do Sul de Angola ilustra bem o contraste entre os fagocitados e todos os outros, os excluídos, os periféricos, os chamados “povos tradicionais” e todos os nomes do gênero para aqueles que não seguem os padrões econômicos e culturais do sistema-mundo. Sobre os grupos de pastores do Sul de Angola, o autor reflete que sua posição geográfica e social os coloca como sujeitos insulares, seja da Angola colonial, seja da Angola de hoje, “[...] em um impasse e paradoxo histórico, que é comum a outras populações pastoris da África”, com a prevalência de modelo endógenos econômicos, políticos, sociais e culturais (CARVALHO, 2000: p. 717).

De facto, por exemplo, parece-me não ter ainda esgotado a matéria sobre os tais impasses e paradoxos com que certas populações se vêem confrontadas no presente e que as empurram para uma integração precipitada nos sistemas económico, social e cultural dominantes, o que, de uma maneira geral e no imediato, não pode muitas vezes saldar-se senão por desestruturação, inviabilidade produtiva e transição de situações de subsistência ecologicamente concertada à de sobrevivência desesperada e de miséria. (CARVALHO, 2000: p. 717)

Uma vez que a ocidentalização, urbanização e a falta de eficiência institucional e econômica do Estado são incapazes de garantir sobrevivência, direitos básicos ou acesso adequado aos bens naturais, os Kuvale passam por esse processo de encapsularização, optando pela “endogenia pastoral” integrada a uma paisagem que, para outros, pode parecer desértica e extrema, mas, para eles, garante prosperidade, em um meio ecológico que basta a si mesmo – diferente do que acontece para a maioria restante do país (CARVALHO, 2000). Essa encapsularização acaba isolando-os e “outremizando-os” diante dos olhos de tal maioria.

## **6. Conclusão: território como alternativa**

A noção de território ligado à cultura tem sido usada como proposta alternativa de resistência a este contexto de exclusão. Lang (2016) salvaguarda que a defesa e autogestão do território e de um modo de vida relativamente autossuficiente, com o pensar de formas diferentes

de produzir, distribuir e estabelecer relações sociais, culturais, organizativas e comerciais, é uma contraposição ao espólio das condições materiais inerente ao modelo atual de desenvolvimento. A autora destaca que são muitos os exemplos que têm seguido nesse sentido: desde os diferentes processos de autonomia e lutas camponesas pela soberania alimentar aos processos organizativos em bairros populares e redes de cooperativas rurais.

O que noto quando vamos para as comunidades e as comunidades apresentam como suas demandas, apresentam como suas preocupações: 'nossa terra está sendo desapropriada porque vem o senhor da fazenda e agora não me deixa ter acesso a água'. Essas respostas que nós vamos adquirindo já precisa o que para essa comunidade seria o meio ambiente. Como comunidades, eu acho que meio ambiente é estes acessos a recursos. 'Nós queremos participar do processo de desenvolvimento do nosso município', 'Nós queremos fazer parte das decisões do Estado', são expressões que vão levantando de forma muito concreta, mas que você percebe que no fundo elas só estão a apelar para o meio ambiente para um ambiente que elas podem se sentir parte. E o meio ambiente para as comunidades, eu acho que é um pouco isso, essa possibilidade de poder interagir e sobretudo a possibilidade de ter acesso à terra. E aqui nós em Angola estamos a falar do acesso à terra, não só do acesso a uma habitação, acesso a um espaço habitacional, mais acesso, eu não sei como vocês chamam aí no Brasil, mas aqui chamamos uma lavra, uma roça. Para eles, para as comunidades, e isso é um recurso. E esse recurso vem de onde? Do meio em que nós habitamos. Então para essas comunidades o meio ambiente é tudo que elas têm e podem acessar. (KITOMBE, 2020: entrevistada, Angola)

Outra rica noção de território é dada por Castro Henriques (2004), no seu estudo sobre a região da atual Angola. Interessada pela fidelidade dos angolanos pelos quatro cantos do país a um território único e indivisível e a uma identidade nacional mesmo que ambos tenham menos de um século de idade, a autora procurou entender melhor a origem dessa unidade, desafiando a redução dos africanos que ali viviam a uma massa passiva, sem força e autonomia. O que ela encontrou como liame está, sobretudo, nas noções africanas relacionadas ao território. A terra africana integra o espaço religioso, sagrado. Seu uso social e simbólico não permite transformá-la em um valor de troca, em um atributo comercial. Os territórios fazem parte da construção histórica e da construção do indivíduo, responsável pela formação de sua autonomia e de sua identidade.

Não é possível esquecer que a identidade é estruturalmente etnocêntrica: o indivíduo é o que é ou o que pretende ser devido à sua integração num grupo, instalado num território próprio, caracterizado tanto pela sua estrutura específica, como pela diferença que o separa do Outro. O território identifica-se por isso através da relação que sustenta com a história, e que se exprime não só pela presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, os outros provindos do imaginário do indivíduo e da sua sociedade (CASTRO HENRIQUES, 2004: p. 13).

Essa conceptualização de território é diametralmente oposta à europeia, para quem a terra só passa a ter valor a partir do momento que pode ser privada, passando a ter sentido

comercial ou tornando sua comercialização possível. Assim, para a invenção do território colonial, os europeus infligiram um processo violento de laicização, “desdivinização”, dessacralização da terra, para ser integrada na lógica europeia do comércio, assim como no sistema simbólico da representação ocidental (CASTRO HENRIQUES, 2004). O território colonial retalha o território africano em fragmentos privados vendáveis (fazendas, plantações, quintais, hortas, jardins, campos de esportes), delimita-os por fronteiras políticas e os introduz na lógica da representação cartográfica como formas indispensáveis da exploração e apropriação. Ao expulsar o homem africano de seu território, procura privá-lo de uma identidade, condenando-o à morte.

A violência do sistema da linha abissal epistemológica está na incorporação, cooptação, assimilação e destruição cultural e humana, como vimos, mas também toma forma na apropriação e pilhagem da própria biodiversidade e do conhecimento existente sobre ela. Na prática, essa interligação das formas de violência e apropriação é profunda (SANTOS, 2010). Mbembe (2017: p. 23-43) lembra que essa relação não é de hoje e não é casual:

Se virmos bem, o regime de plantação foi, antes de mais, o das florestas e das árvores que regularmente teriam de ser cortadas, queimadas e abatidos; o do algodão ou da cana-de-açúcar que deviam substituir a natureza preexistente, de paisagens antigas que era preciso remodelar, o de formação vegetais anteriores, que era preciso destruir, e o do regime de um ecossistema que era preciso substituir pelo agrossistema [...] o regime da plantação, o regime da colônia, e o regime da democracia [...]. Um concede ao outro a sua aura, numa estreita relação de distância aparente e de proximidade e intimidade reprimidas [...]. Lembramos que a ordem democrática, a ordem da plantação e a ordem colonial mantiveram, durante muito tempo, relações geminadas. Essas relações estão longe de ter sido acidentais. Democracia, plantação e império colonial fazem objetivamente parte de uma mesma matriz histórica. Este fato originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência da ordem mundial contemporânea. (MBEMBE, 2017: p. 23-43)

A análise socioambiental é, assim, uma janela privilegiada para abarcar a assimetria de poder entre os diferentes modos de se relacionar e existir entre as sociedades ou entre estas e a natureza. As violências dos sistemas extrativistas ou neoextrativistas e os divergentes interesses e valores expõem as consequências do sistema-mundo tal como hoje estão estabelecidas as redes de poder, assim como igualmente revelam as tensões acima ressaltadas pela crítica pós-colonial.

Por exemplo, as indústrias diamantíferas. Nós, como sabes, o leste tem as lundas norte e sul que são a nível de país as zonas que mais produzem diamantes e esse tipo de atividades realmente tem muitos efeitos nefastos com relação ao ambiente. Acabam por estragar a qualidade da água dos rios, por exemplo, muitas pessoas se queixam da qualidade da água que bebem, porque antes das grandes empresas começarem a fazer a extração de minas a água era limpa, mas com a abertura dessas empresas a qualidade da água realmente deteriorou-se. Em alguns casos, vê-se que com a abertura dessas empresas diamantíferas há muitas questões de erosão e de ravinas. Portanto, aqui no Leste também tem essas grandes empresas ligadas à extração mineira. [...] Os grandes investimentos têm efeitos muito nocivos porque de princípio eles usam grandes máquinas para a abertura de grandes campos e acabam por fazer uma grande destruição

de um maior número de árvores. Acabam também por afetar a maior parte dos rios e até em alguns casos acabam por criar muitas erosões e ravinas porque, ao fazerem realmente esses grandes desmatamentos, acabam por afetar os solos [...]. Então, com relação aos camponeses não vamos notar muita esta ação negativa porque os meios que eles usam, em princípio, não são meios que vão produzir, vão abrir grandes áreas para cultivo. Aliás, eles também procuram preservar muito disso. Por exemplo, eles deixam a maior parte das árvores porque também querem aproveitar o mel, muitas dessas árvores trazem alguns benefícios em relação a insetos... Eles não fazem muito o abate como se tivéssemos a ter empresas. A ação humana nessas comunidades com delimitações vai ser inferior à devastação feita por uma empresa. (DOMINGO, 2020: entrevistado, Angola)

Debater a ecologia no Sul de Angola, levantando o entendimento holístico das identidades pós-coloniais, é falar da política do sistema-mundo desigual em que estamos hoje inseridos. Tal sistema, afinal, só é possível por conta do acesso do Norte geopolítico e das elites dos países do Sul à totalidade dos bens e recursos de nosso planeta. Nessa afluência estão incluídas a exploração de mão de obra barata e de conhecimentos e saberes, no processo epistêmico já detalhado, mas também a apropriação dos bens naturais e a exploração desmedida da capacidade do meio ambiente e da terra de absorver um aparelho político e econômico insustentável (LANG, 2016).

Ao retomar brevemente a história de Angola e tentar analisar onde se situam as questões ambientais e fundiárias, vemos que há uma ruptura entre o que é “importado” e o que é “natural”. Essa descontinuidade, trazida pelo histórico colonial de expropriação de terra, de indiferenciado desrespeito ao entendimento telúrico da região, e perpetuada durante e após as guerras angolanas, transpassa o campo social e econômico atinge o campo das percepções – sejam elas sobre o ambiente, sejam elas sobre a terra. As rupturas (entre aquilo que é infligido, imposto e externo e aquilo que é autêntico) despontam como causa e consequência localizadas em um jogo global maior de confluência de poderes que incidem diretamente no campo epistêmico.

Olhando para Angola, sua região Sul e as diferentes nuances de interpretação sobre os significados de meio ambiente e terra contrastadas com as agendas internacionais, vemos que as principais sinapses da crítica pós-colonial e do campo de ecologia política está no entender que no cerne das compreensões socioambientais daqueles que vivem e dependem do meio ambiente está uma luta de identidade e cultural. O direito à terra e o direito ao meio ambiente saudável, no sentido prático, estão ligados a esse direito de pertencer, no sentido cultural – uma vez que terra e identidade são duas faces da mesma moeda. Os hibridismos existentes entre o local e o global se mostram resultantes de uma negociação identitária perante o colonialismo intimamente



ligada à noção de território e pertencimento. Não há território sem meio ambiente, não há cultura sem território e não há identidade sem cultura.

### Referências Bibliográficas

- ANGOLA. *Boletim Informativo Interno*. Edição 6. Ministério do Ambiente de Angola, 2019.
- ANGOLA. *Lei Associações de Defesa do Ambiente*. Ministério do Ambiente, Assembleia Nacional, Lei nº 3, de 18 de janeiro de 2006.
- BALL, Jeremy. *The history of Angola*. Oxford Research Encyclopedia of African History, 2017.
- BAPTISTA, João Afonso *et al.* “Everything”: towards an ecology of land utilization. *Biodiversity and Ecology*, v. 5, p. 393-406, 2013.
- BRINKMAN, Inge. Town, village and bush: war and cultural landscapes in south-eastern Angola (1966-2002). *Afrika Focus*, v. 25, n. 2, 2012.
- BROCH-DUE, Vigdis. *Producing nature and poverty in Africa*, 2000.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. O futuro já começou? Transições políticas e afirmação identitária entre os pastores kuvale (herero) do Sudoeste de Angola. *Lusotopie*, n. 2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. p. 221-237, 1995.
- CARVALHO, Ruy Duarte de. Produção histórica de identidades colectivas diferenciadas no Sudoeste litoral de Angola. A insularização Kuvale e a integração Kimbar. In: III REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ÁFRICA (Lisboa). A África e a instalação do sistema colonial (c.1885 - c.1930). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000b.
- CASTELO, Cláudia. *African Knowledge and Resilience in Late Portuguese Colonial Empire: The Agropastoralists of Southwestern Angola in Portuguese Studies Review*, 2017. p. 91-118.
- CASTELO, Cláudia. Arame farpado, conhecimento e desenvolvimento no Sudoeste de Angola (c. 1960-1974). *Africana Studia*, n. 30, p. 47-59, 2018.
- CASTRO HENRIQUES, Isabel. *Identidade e território: a construção da Angola colonial*. Lisboa: Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.
- CHIMAKONAM, Jonathan O. (ed.). *African Philosophy and Environmental Conservation*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2018.
- COELHO, João P. B. Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural. In: Boaventura de Sousa. *Semear outras soluções: Os caminhos rivais da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento, 2004. p. 183-212
- COLLIER, P; DERCON, S. *The complementarities between poverty reduction, equity and growth: A perspective on the World Development Report: Economic Development and Cultural Change* 55, 2006.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. *Teoría desde el sur. O cómo los países centrales evolucionan hacia África*, Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013.

EBOKO, Fred. Politique publique et sida en Afrique. *Cahiers d'études africaines*, n. 178, p. 351-387, 2005, mis en ligne le 30 juin 2008, consulté le 30 juillet 2015. Disponível em: <http://etudesafricaines.revues.org/5419>. Acesso em: 16 nov. 2020.

EGZIABHER, Tewolde B. G. Uma globalização baseada nas pessoas. In: SANTOS, Boaventura Sousa. *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento, 2004. p. 397-419

FREUDENTHAL, Aida. *Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola, 1850-1880*. Luanda: Chá de Caxinde, 2005.

LANG, Miriam. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. p. 26-44.

LOGAN, B. Ikubolajeh; MOSELEY, William. African Environment and Development: An Introduction. In: MOSELEY, William G. et al. *African environment and development: rhetoric, programs and realities*. Farnham: Ashgate Publishing Ltd., 2004. p. 1-16

LOGAN, B. Ikubolajeh. Ideology and Power in Resource Management: From Sustainable Development to Environmental Security in Africa. In: MOSELEY, William G. et al. *African environment and development: rhetoric, programs and realities*. Farnham: Ashgate Publishing Ltd., 2004. p. 17-40

MBEMBE, Achille. *A saída da democracia*. Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MOSELEY, William G. Whither African Environment and Development? In: MOSELEY, William G. et al. *African environment and development: rhetoric, programs and realities*. Ashgate Publishing Ltd., 2004. p. 229-240

ORTEGA SANTOS, Antonio; OLIVIERI, Chiara. Narrativas Coloniales de la Historia Ambiental. Un balance hacia la Decolonialidad como nueva epistemología. *HALAC - Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. 7, ed. 2, p. 32-64, 2017.

PACHECO, F. A terra no contexto da reconstrução e da democratização em Angola. In: VAN DÚNEN, José O. S.; SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.). *Sociedade e Estado em Construção: desafios do direito e da democracia em Angola*, 2012. p. 463-496.

PANTOJA, Selma. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. *Transversos: Revista de História*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 46-70, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. [S. l.: s. n.], 2010. cap. 1, p. 23-72.

STIGLITZ, Joseph E. *O preço da desigualdade*, 2012.

TOKO, Patrick Wafeu. *L'analyse des politiques publiques en Afrique*. Politiques Publiques em Afrique. 2008. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00397756>. Acesso em: 17 nov. 2020.

UNICEF. *Relatório Ação Humanitária para Crianças*, Nova York, 2019.

VENÂNCIO, José Carlos. Reflexões em torno da política agrária em África e em Angola. In: PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevan C. (org.). *Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas*. São Paulo: Intermeios, 2014. p. 49-66.

WALDMAN, Maurício. Lições da Mãe África: o exemplo das mobilizações ambientalistas. *Revista Acadêmica África e Africanidades* (Rio de Janeiro, 2010) & *Cultura – Jornal Angolano de Artes e Letras* (Luanda, Angola, 2014), 2019a. Disponível em: [http://mw.pro.br/mw/eco\\_licoas\\_da\\_mae\\_africa.pdf](http://mw.pro.br/mw/eco_licoas_da_mae_africa.pdf). Acesso em: 16 nov. 2020.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

### Entrevistas

KITOMBE, Cecília, 35 anos, directora de Comunicação e Advocacia Social da Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), conduziu um estudo da ONG sobre terra em Huíla em 2019, nascida em Luanda.

PEMBELE, Mfulutoma Manuel, 54 anos, administrador, diretor-geral da Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitario em Angola (AJUDECA), nascido na Província de Uíge.

PINTO, Pedro de França Dória Vaz, 52 anos, doutor em Biologia e diretor da Fundação Kissama, nascido em Luanda.

QUITARI, Garcia Neves, 40 anos, professor de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, mestre em Sociologia e Direito. Desenvolve pesquisas sobre questão agrária, agricultura familiar, sociedade civil e cidadania no pós-guerra civil em Angola.

RUSSO, Vladimir Kiruange Agria, 45 anos, diretor executivo da Fundação Kissama e Diretor Técnico da Holísticos, nascido em Luanda.

\*\*\*

### Sobre as autoras:

**Selma Pantoja:** Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

**Flora Pereira da Silva:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** 16 de dezembro de 2020.

**Artigo aprovado para publicação em:** 22 de agosto de 2021.

\*\*\*

**Como citar:**

PANTOJA, Selma; SILVA, Flora Pereira da. Sustentabilidade para quem? Um olhar da crítica pós-colonial para impressões ambientais e telúricas em Angola. *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 344-363. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.56624

